



GT 054. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) - Coordenador/a,
Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) - Coordenador/a,
Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - Debatedor/a,
Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe) - Debatedor/a

A pesquisa de inspiração participante marcou a busca de uma construção reflexiva e dialética no campo antropológico, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antropológico expandiu-se então consideravelmente, na percepção de que saberes acadêmicos, científicos ou humanísticos pressupõem uma fusão de horizontes com os saberes populares e locais, sejam eles tradicionais ou não. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, sendo que nas universidades brasileiras ele foi traduzido pela incorporação oficial da extensão no binômio ensino/pesquisa, relacionando conceitual e inexoravelmente a universidade pública com a sociedade e suas demandas. Este GT propõe o debate de aspectos conceituais, metodológicos, políticos, relacionais e pedagógicos de práticas extensionistas em diferentes contextos de atuação e em relação com áreas de conhecimento conexas à antropologia. São bem-vindos relatos de experiência e análises de programas, projetos de extensão universitária e ações extramuros, voltadas para educação, arte, saúde, meio-ambiente, patrimônio cultural, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento local, trabalho e renda. Deseja-se estimular reflexões e críticas sobre o preceito da indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, considerando-se as condições objetivas e subjetivas da implementação das ações e mediações extensionistas nas distintas regiões do Brasil.

Extensão universitária, direitos humanos e políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro - SP.

Autoria: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Resumo: A extensão universitária tem caráter educativo, cultural e científico, possibilitando ações transformadoras a partir da relação universidade-sociedade, produzindo e socializando conhecimentos. A reflexão antropológica presente na temática da cultura e política reforça sobremaneira a interação entre saberes acadêmicos e saberes populares, permitindo práticas no contexto da multidisciplinaridade. A pluralidade dos grupos humanos e a diversidade cultural se opuseram à homogeneização da vida social, abrindo caminho à expressão do particular, do diferente, do outro. As singularidades emergiram como reivindicações dentro do cenário da modernidade passando a exigir uma articulação entre produção do conhecimento e a prática social. O recorte da discussão apresentada aqui foi resultado da experiência obtida no Projeto de Extensão - Direitos humanos, relação de gênero e redes sociais: políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro - SP, com alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, IGCE - Campus de Rio Claro. Este foi desenvolvido em parceria com Assessoria Municipal de Referência e Atendimento à Mulher, o CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento às Mulheres). Esse work teve como objetivo principal tratar a questão da mulher no âmbito das políticas públicas, buscando compreender a condição feminina e seu cotidiano, levando em conta a violência de gênero, a saúde e a participação política das mesmas na esfera pública do município. Tendo em vista a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em 2015, as atividades de extensão envolveram também: o acompanhamento das Pré-Conferências nos territórios (11 bairros da cidade); tabulação das demandas apresentadas pelos grupos de mulheres; elaboração do regimento e organização do evento. Foram eleitas oito delegadas para representação na conferência



estadual. A prática extensionista possibilitou aos alunos desenvolverem competências no âmbito de sua área de estudo, bem como promoveu o conhecimento da realidade local através do debate sobre cultura, gênero e relações raciais, reconhecendo o protagonismo das mulheres negras no município. O projeto de extensão em conjunto com as atividades da agenda das políticas públicas para as mulheres, trouxe ganhos para os alunos envolvidos, seja no diálogo de saberes e experiências com a população alvo, como também ampliou as escolhas no campo da pesquisa acadêmica.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**